



Número: **0854494-15.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **18/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                       |                    | Procurador/Terceiro vinculado  |                   |
|--|--------------------|--|-------------------|
| WALTER MARCELINO DO VALE (AUTOR)             |                    | IGOR RAPHAEL FERREIRA SANTOS (ADVOGADO)<br>FRANCISCO EDSON CARLOS RIBEIRO (ADVOGADO) |                   |
| SEGURADORA DPVAT (RÉU)                       |                    | Antônio Martins Teixeira Júnior (ADVOGADO)   |                   |
| GIOVANNA DANTAS FULCO (TERCEIRO INTERESSADO) |                    |  |                   |
| Documentos                                   |                    |  |                   |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento  | Tipo              |
| 60654<br>525                                 | 28/09/2020 13:22   | <a href="#">Apelação</a>   | Apelação          |
| 60654<br>527                                 | 28/09/2020 13:22   | <a href="#">2702288_RECURSO_DE_APELACAO_01</a>                                       | Outros documentos |
| 60654<br>528                                 | 28/09/2020 13:22   | <a href="#">2702288_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02</a>                                 | Outros documentos |

## Juntada de Recurso de Apelação





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo n. 08544941520198205001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **WALTER MARCELINO DO VALE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 16 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL / RN**

**Processo n.º 08544941520198205001**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: WALTER MARCELINO DO VALE**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

**DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012<sup>1</sup>.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

<sup>1</sup>Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.



Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

| RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP  | SÚMULA 257, STJ   |
|--|---|
| Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente. | Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente. |

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74<sup>2</sup>, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil<sup>3</sup>.

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

<sup>2</sup> Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

<sup>3</sup> Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.



### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Restando inconteste a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 16 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito na **5432 - OAB/RN** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **WALTER MARCELINO DO VALE**, em curso perante a **24ª VARA CÍVEL** da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 08544941520198205001.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RN 980-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819


Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)




**Instruções de Impressão**

Configure Todas as Margens para 7 mm. Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).


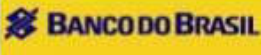
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) - Corte na linha indicada

|   |  |                     |   |
|---|--|---------------------|---|
|  | <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE</b><br><b>SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS</b><br><b>DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECAÇÃO</b> |                     | <b>Guia de Recolhimento do FDJ</b><br><b>Lei nº 9.619/2012</b><br><b>Nº 7000003872244</b> |
| <b>Processo Nº</b><br>(Uso Exclusivo da Secretaria)                               | <b>08544941520198205001</b>  | <b>Valor do FDJ</b> | <b>184,21</b>   |
| <b>Partes</b>   | <b>AUTOR: WALTER MARCELINO DO VALE REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A</b>  |                     |   |
| <b>Serviço</b>  | <b>11003 APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO</b>  | <b>1</b>            | <b>184,21</b>   |
| <b>Secretaria</b>   | <b>(820) 24ª VARA CÍVEL/NATAL</b>  |                     |   |
| <b>Valor da Causa/Documento</b>   | <b>13.500,00</b>   |                     |   |
| Via do processo/documento - Anexar o Comprovante                                  |  |                     |   |

Corte na linha pontilhada

|   |  |                     |   |
|---|--|---------------------|---|
|  | <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE</b><br><b>SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS</b><br><b>DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECAÇÃO</b> |                     | <b>Guia de Recolhimento do FDJ</b><br><b>Lei nº 9.619/2012</b><br><b>Nº 7000003872244</b> |
| <b>Processo Nº</b><br>(Uso Exclusivo da Secretaria)                               | <b>08544941520198205001</b>  | <b>Valor do FDJ</b> | <b>184,21</b>   |
| <b>Partes</b>   | <b>AUTOR: WALTER MARCELINO DO VALE REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A</b>  |                     |   |
| <b>Serviço</b>  | <b>11003 APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO</b>  | <b>1</b>            | <b>184,21</b>   |
| <b>Secretaria</b>   | <b>(820) 24ª VARA CÍVEL/NATAL</b>  |                     |   |
| <b>Valor da Causa/Documento</b>   | <b>13.500,00</b>   |                     |   |
| Via da parte  |  |                     |   |

Corte na linha pontilhada

|  |  |   |
|--|--|---|
|   | <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE</b><br><b>F.D.J. Fundo de Desenvolvimento da Justiça</b> |  |
| <b>Local de pagamento</b><br><b>PAGÁVEL NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL, NOSSA AGÊNCIA E CORREIOS</b>  |  | <b>Vencimento</b><br><b>18/10/2020</b>  |
| <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE</b><br><b>F. D. J. Fundo de Desenvolvimento da Justiça</b>   |  | <b>Convênio</b><br><b>760686</b>  |
| <b>Data do documento</b><br><b>18/09/2020</b>  | <b>Número da Guia</b><br><b>7000003872244</b>  | <b>Data processamento</b><br><b>18/09/2020</b>  |
| <b>Uso da Agência Receptora</b>  | <b>Espécie</b><br><b>R\$</b>   | <b>(=) Valor documento</b><br><b>184,21</b>   |
| <b>Instruções</b><br><b>Pagamento em cheque, anotar no verso o "Número do convênio" e o "Número da Guia".</b><br><b>Não efetuar depósito e transferência.</b><br><b>Não receber após o vencimento.</b> |  | <b>(-) Desconto / Abatimentos</b>   |
|  |  | <b>(-) Outras deduções</b>  |
|  |  | <b>(+) Mora / Multa</b>   |
|  |  | <b>(+) Outros acréscimos</b>  |
|  |  | <b>(=) Valor cobrado</b>  |
| <b>Partes</b><br><b>AUTOR: WALTER MARCELINO DO VALE REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A</b>   |  |   |
|  |  | <b>Cód. baixa</b>   |

Autenticação mecânica - Guia Não Compensável

86730000001-7 84210854645-3 92020101870-1 00003872244-3



Corte na linha pontilhada





|   |                       |                     |                         |
|---|-----------------------|---------------------|-------------------------|
| Nº DA PARCELA   | DATA DO DEPÓSITO      | AGÊNCIA (PREF / DV) | Nº DA CONTA JUDICIAL    |
|   | 22/09/2020            | 0                   | 0                       |
| DATA DA GUIA  | Nº DO PROCESSO        |                     | TIPO DE JUSTIÇA         |
| 22/09/2020  | 085444941520198205001 |                     | ESTADUAL                |
| UF/COMARCA  | ORGÃO/VARA            | DEPOSITANTE         | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| RN  | Vara Cível            | RÉU                 | 184,21                  |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO                                   |                       | TIPO DE PESSOA      | CPF / CNPJ              |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A     |                       | Jurídica            | 092486080000104         |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE                              |                       | TIPO DE PESSOA      | CPF / CNPJ              |
| WALTER MARCELINO DO VALE                                |                       | FÍSICA              | 03895374466             |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA                                 |                       |                     |                         |
| 35AD20519BB48525  |                       |                     |                         |
| CÓDIGO DE BARRAS  |                       |                     |                         |
| 86730000001 7 84210854645 3 92020101870 1 00003872244 3 |                       |                     |                         |

